



Democracia e participação nos movimentos sociais: e a comunicação?¹

Nívea Canalli Bona²
Universidade Metodista de São Paulo

Resumo

Por meio de um estudo bibliográfico e partindo da utilização de exemplos de iniciativas de movimentos sociais, esse texto pretende discutir os desafios existentes à busca da participação democrática destes grupos nas decisões da sociedade, em nível micro (grupo) e macro (sociedade civil). A partir dos conceitos de democracia propostos por Bobbio e por Toro analisa-se como a participação social precisa se realizar para ser chamada de democrática. Os movimentos sociais são ícones de aglutinação de interesses que podem promover, quando bem constituídos e organizados, a participação democrática no seu interior propulsionando a participação externa. Aqui também analisa-se como boa parte da responsabilidade na conquista desses desafios recai sobre as estratégias de comunicação, que, se bem aplicadas, podem estimular a efetiva participação democrática dos movimentos sociais no Brasil.

Palavras-chave: democracia; participação; movimentos sociais; estratégias de comunicação.

Introdução

O VII Simpósio da Pesquisa em Comunicação – Intercom Sul que aconteceu em maio de 2006, em Curitiba, trouxe numa de suas mesas redondas o tema: Políticas Democráticas de comunicação na Região Sul, reunindo Sérgio Murilo (Fenaj), Francisco José Castilhos Karam (UFSC-SC), Valério Brittos (Unisinos-RS) e Élson Faxina (TV Educativa do Paraná). À exceção do último expositor, o discurso do grupo permeou as questões que envolvem a utilização democrática dos meios de comunicação e a criação de políticas públicas de comunicação que estimulem a maior participação de todos os grupos sociais. O conceito partilhado vinha de encontro com a necessidade, unânime para muitos dos ouvintes, de se conquistarem mais espaços para os grupos menos assistidos por esse direito, o de comunicar. Discutia-se ali a “nossa” democracia. Aquela, que ao nosso ver, dos comunicadores conscientes de seu papel social, era a verdadeira.

Élson Faxina que representava a tevê “pública” do Paraná trouxe uma versão diferenciada sobre o exercício da democracia. A TV Educativa do Paraná, no segundo mandato do governador, estava sendo utilizada pelo governo do estado para realizar e

¹ Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação - NP Comunicação para a Cidadania

² Jornalista, mestranda em Comunicação Social pela UMESp. niveabona@onda.com.br



divulgar reportagens sobre assuntos que eram de interesse do próprio governo, com poucas aberturas para opiniões contrárias à essa posição política. Para os jornalistas paranaenses, essa era uma atitude ‘anti-democrática’ pois não havia espaço para o outro lado se expressar no veículo que seria público. Faxina buscou trazer, em sua fala, que essa atitude também poderia ser considerada democrática. Porque “democracia é a multiplicidade de opiniões, é a possibilidade de todos, concordando ou não, emitir e expor seus pontos de vista e argumentar em favor deles”³, dizia ele. Explicou que o governo atual, de tendência ideológica socialista, estava pela primeira vez utilizando o veículo público para mostrar o outro lado da moeda, para se contrapor aos meios de massa existentes no estado que eram de linha de atuação mais conservadora. Os comunicadores paranaenses denunciavam o uso dos veículos públicos para divulgação de reportagens, entrevistas e matérias que promoviam assuntos de interesse do governo, como explicações sobre os transgênicos⁴ e seus malefícios e reportagens sobre assentamentos rurais que têm alcançado bons resultados, entre outros. Faxina explicou que esses eram assuntos e abordagens dessas determinadas questões que não eram apresentadas pelos outros veículos. E que essa maneira de gerir a tevê pública poderia ser mais democrática do que pensávamos. Afinal, estava-se dando voz a quem nunca teve possibilidade de ter voz, inaugurando assim o múltiplo, o embate de idéias, a discussão democrática dentro do espaço midiático paranaense. Não se analisa aqui a democracia dentro do próprio veículo, mas fora dele e ele sendo o promotor do embate de idéias.

O único modo de se chegar a um acordo quando se fala de democracia, entendida como contraposta a todas as formas de governo autocrático, é o de considerá-la caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar decisões coletivas e com quais procedimentos. (BOBBIO, p.18, 1986)

Partindo dessa premissa de Bobbio, pelo que foi dito, o governo do Paraná estava exercendo o seu papel de “decisor” sobre a possibilidade de se dar a vez a outras vozes. Por mais autocrático que esse governo pareça, como sempre tem sido avaliado pelas suas decisões assertivas, a democracia necessariamente não está ausente dos embates. Aliás, são os atuais embates da própria imprensa que propiciam ao povo do Paraná pelo

³ Fala de Éelson Faxina realizada na manhã do dia 05/05/2006, no auditório da reitoria, UFPR, na mesa redonda ‘Políticas democráticas de comunicação na região sul’, evento integrante do VII Simpósio de Pesquisa em Comunicação da Região Sul.

⁴ Os produtos transgênicos foram proibidos de serem produzidos no Paraná pelo governo Roberto Requião.



menos ter acesso a uma outra maneira de pensar ou de se construir os fatos⁵. É verdade que determinadas pautas não são liberadas nos veículos “públicos”, mas o que dizer das pautas “nqm” e “rec”⁶ ou mesmo das edições constantes que acontecem nos meios privados? Esse cenário da imprensa paranaense tem propiciado discussões interessantes sobre o que realmente é democracia e como ela pode ser tratada a partir do ponto de vista de cada um.

A marca preponderante em boa parte dos grupos e movimentos populares é a da luta pela democracia. Mas o que é democracia nessas situações? É hora de se avaliar se estamos - nesses grupos – pedindo democracia ou pedindo a nossa vez de sermos autocráticos. A confusão entre democracia e “que eu tenha a vez de falar ou decidir” é grande. E essa relação está intrinsecamente costurada com a relação que se desenvolve com o poder. Quem está no poder, normalmente não está pedindo por democracia. É sempre quem está fora do poder que almeja a possibilidade de fazer uso dela. Oras, se a democracia acontece a partir de um conjunto de regras previamente estabelecidas, porque elas são mudadas a cada vez que um grupo alcança o poder? Talvez a análise precise ser realizada a partir de outro ângulo, do individual, por exemplo.

Em discurso no lançamento do seu livro “A mosca Azul”, Frei Betto pediu atenção para as questões que envolvem o conceito de democracia na dimensão particular, individual. Desafiou as pessoas a se perguntarem: será que eu lido bem com a diferença? “A maioria das pessoas não é democrática. Elas são ou excessivamente submissas ou são autoritárias, impositivas, têm dificuldade em lidar com o cotidiano e não suportam a crítica.[...] Só chegaremos a uma verdadeira democracia quando todos passarmos por uma democratização.”⁷

A denúncia de Frei Betto estava sendo feita a partir de suas reflexões sobre as relações do poder no Estado (governo), nos movimentos sociais e na individualidade. Para ele, é necessário se pensar em democracia antes no indivíduo, na dimensão particular, para depois pensar entre organizações ou grupos e entre a sociedade e estado. Para isso discutiu também as questões de poder ou concentração de poder. E foi amparado no dito de Montesquieu que reza “todo poder tende ao abuso quando não há

⁵ As provocações do governador têm sido debatidas nos outros veículos e o próprio governo, a partir de reportagens consideradas tendenciosas, publicadas nos veículos conservadores, utilizou muitas vezes os outdoors da capital do estado para se defender.

⁶ Nqm, significa a matéria que se precisa fazer ‘nem que morra’ e ‘rec’ é uma reportagem geralmente recomendada pelo dono do jornal ou parceiros. As duas siglas são jargões jornalísticos usados para se explicar a falta de crivo mais igualitário no tratamento das matérias e reportagens que devem ou não ser publicadas.

⁷ Palestra de Frei Betto em 31/10/2006, Teatro da PUC-PR



outro poder para enfrentá-lo” para chegar às construções sobre democracia na configuração social atual. Porque para a democracia existir o controle do poder torna-se necessário. E esse controle deve ser feito pela pluralidade da sociedade, pelas diferenças que, sempre em conflito, estarão dinamizando as relações sociais. E essa abordagem do poder também se refere aos micropoderes, aos que estão sendo exercidos por indivíduos comuns, “desde o governante americano até a senhora que cuida das velas da capela N.Sra. do Carmo”, exemplifica Frei Betto. Todos os indivíduos quando estão no poder e podem decidir por outros ou detém determinado raio de atuação sobre os outros pode sofrer da tendência ao abuso. É comum essa pessoa se rodear de outras que concordam com ela ou a bajulam e não de críticos ou mesmo opositores. E é aí que a democracia acaba perdendo espaço e se desconfigurando como o regime da pluralidade.

Por vezes, há que escolher, reforçar os movimentos populares ou incensar líderes carismáticos. Indivíduos cometem erros e acertos. Porém erram menos quando as ambições pessoais são contidas pelas regras do jogo democrático. O desafio é tornar o jogo verdadeiramente democrático, não mera legitimação da impetuosidade arrivista de líderes mais preocupados com o sucesso pessoal e interesses corporativos que com as causas sociais e os direitos dos pobres. Ocorre que, em geral, manter-se no poder preocupa mais o governante que fazer uso dele. (...) Assim, o poder exime-se de ser ferramenta de mudanças sociais para se tornar um fim em si mesmo.(BETTO, 2006, P.199)

Segundo frei Betto, é possível, no composto ideológico de algumas organizações, movimentos ou instituições não governamentais, que a democracia seja vista como a possibilidade da própria vontade dos seus líderes ou sua tendência ideológica ser levada em conta quando não se está no poder. No fundo, o que se pode convencionar como “exercício participativo” nessas organizações pode estar seguindo a lógica existente na dimensão macro, a do Estado x sociedade. Se formos analisar de maneira mais próxima, certos grupos políticos podem considerar o processo de participação como não democrático – porque não estão no poder. Já quem está no poder, pode pensar estar sendo democrático quando oferece alguma mínima forma de participação de outrem em suas decisões. Torna-se necessário rememorar a questão conceitual da democracia aplicando-a nas instâncias micro (indivíduo, família, escola, organizações não governamentais - interno) e macro (instituições organizadas, governo, sociedade como um todo) para se refletir sobre o exercício da democracia na atualidade.

Democracia no micro e no macro espaço

Para Bobbio (1984, p19; 2004, p.21), a democracia pode ser vista como a ponte entre os direitos do cidadão – reconhecidos efetivamente – e a solução pacífica dos



conflitos. Para ele, a democracia só existe a partir da aceitação universal de regras que regem “o jogo democrático”. Mas essas regras devem ser assimiladas pelo indivíduo que, nesse cenário, é o cidadão, o que tem plena consciência de seu papel nessa construção democrática. Isso quer dizer que o jogo democrático com suas regras universais precisa nascer ou se estabelecer a partir das relações individuais também.

Da concepção individualista da sociedade, nasce a democracia moderna (a democracia no sentido moderno da palavra), que deve ser corretamente definida não como faziam os antigos, isto é, como o ‘poder do povo’, e sim como o poder dos indivíduos tomados um a um, de todos os indivíduos que compõem uma sociedade regida por algumas regras essenciais, entre as quais uma fundamental, a que atribui a cada um, do mesmo modo como a todos os outros, o direito de participar livremente na tomada das decisões coletivas, ou seja, das decisões que obrigam toda a coletividade. (BOBBIO, 2004, p. 129)

Se considerarmos, como exemplo, a participação realizada em uma das instâncias micro, dentro dos grupos de interesse, como associações de moradores ou comunidades religiosas (paróquias) pode-se verificar que ali se configura, nas próprias relações interpessoais o uso ou não de regras democráticas. O direito de cada integrante participar ativamente, de maneira igualitária, dos processos decisórios vai ser pautado pelas relações de poder existentes entre os integrantes do grupo. Os poderes são diferentemente exercidos e nem sempre se tem claro que todos têm os mesmos espaços de decisão, ou pelo menos deveriam ter. Essas referências são individuais e vão pautar a relação do grupo. É nesse âmbito que frei Betto destaca que o indivíduo é o primeiro responsável por se implantar um processo de participação genuinamente democrático.

Bobbio reforça esse conceito de que a democracia se faz a partir do indivíduo, dizendo que ela nasce no cidadão, naquele que tem seus direitos reconhecidos e protegidos. E alerta que o contrário disso é o que promove as guerras.

Direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos. Em outras palavras, a democracia é a sociedade dos cidadãos, e os súditos se tornam cidadãos quando lhes são reconhecidos alguns direitos fundamentais; haverá paz estável, uma paz que não tenha a guerra como alternativa, somente quando existirem cidadãos não mais apenas deste ou daquele Estado, mas do mundo. (BOBBIO, 2004, p.21)

Mas é importante lembrar que o exercício da democracia é permeado de conflitos. A democracia não acontece quando há unanimidade de opiniões ou quando há o acordo constante. Os conflitos fazem parte do exercício democrático. E é a partir do respeito às regras universais que esses conflitos são dirimidos de maneira que todos tenham participado das decisões. Pedro Demo lembra que esse exercício não é fácil,



porque tende-se a se buscar a unanimidade ou, como coloca Frei Betto, nos rodeamos de pessoas que sempre concordam.

O exercício de regras democráticas de jogo é importante também porque não se adquire o hábito com facilidade. Democracia dá muito trabalho. Onde todo mundo quer opinar, comparecer, decidir junto, o que mais acontece é uma dificuldade enorme de gerir a balbúrdia. As discussões tornam-se intermináveis e incontroláveis. Facilmente emerge o cansaço e a decepção, até mesmo o reconhecimento afoito de que democracia não leva a nada. Em certos casos, pode até surgir a insinuação de que em termos autoritários as coisas andavam melhores porque se decidia rápido ou tudo já estava decidido (DEMO, P., 1993, p. 72-73).

Essa busca pelo pragmático, por aquilo que resolve rápido os conflitos, acabou também formatando sistemas de decisão que se autodenominam democráticos, mas que nem sempre se configuram como tal. A democracia representativa é um exemplo de um sistema que pode fornecer resultados não tão democráticos.

Enquanto a democracia for meramente representativa, não participativa, continuaremos a dar o nosso voto a quem, uma vez eleito, pode seguir os próprios interesses, sem obrigação de sintonizar-se com os de seus eleitores. Anular o voto não é solução, favorece os maus políticos. Melhor seria atrelar o candidato às causas sociais, de modo a compenetrar-se de que eleger-se não é chegar ao poder, é chegar ao serviço. E tornar os movimentos fator de mobilização social, como força de pressão, cobrança e, sobretudo, elaboração de políticas públicas. (BETTO, 2006, p.198)

A votação ou a decisão pela maioria – que pode ser feita em nível macro ou micro – também acaba renegando ao segundo plano aquilo que tanto lutamos para entrar nos holofotes participativos: as minorias. Como resolver questões práticas de maneira democrática sem colocar em segundo plano os que estão em menor número? Alguns grupos têm sanado esses problemas a partir da realização de discussões até se chegar em um consenso. Trabalhoso, mas democrático. Adilson Cabral, no II Encontro de Comunicação Comunitária e Cidadania ⁸ contou um pouco desse exercício que é realizado no Centro de Mídia Independente, o CMI. As questões são discutidas buscando o consenso de todos os participantes. Isso não significa reunir somente pessoas que concordem, nem simplificar os embates numa votação da maioria, mas criar metodologias para se encontrar em conjunto soluções que abarquem todas as possibilidades, de todas as facções, incluindo as minorias. Bernardo Toro (2004, p. 21) lista alguns dos princípios que podem reger o exercício da democracia neste caminho. O que explica a possibilidade de se chegar a um consenso é o princípio de Público presente nos exercícios democráticos.

⁸ O II Encontro de Comunicação Comunitária e Cidadania aconteceu no dia 26 de setembro de 2006 na Universidade Metodista de São Paulo e reuniu pesquisadores e representantes de organizações populares.



Na democracia não existem inimigos, mas opositores: pessoas que pensam diferente, que querem buscar os objetivos de outra forma, têm interesses distintos dos meus, que muitas vezes conflitam com elas, com as quais posso discutir e consensar. Na democracia a paz não é ausência de conflito. A paz é o resultado da capacidade da sociedade de criar e aceitar regras para dirimir conflitos, sem eliminar o outro nem física, nem social, nem psicologicamente (TORO, 2004, p.21).

Dentro disso, em contrapartida com a busca da unanimidade, ressalta também o princípio da Cosmovisão, que “é uma forma de ver o mundo que considera cada pessoa como fonte de criação de ordem social”. (TORO, 2004, p.20)

Isso quer dizer que cada participante é dono das suas opiniões e escolhas e não deve ser menos considerado por questões de classe social, função ou escolaridade. Sua maneira de ver o mundo deve participar do embate decisório no mesmo peso e nível que os outros. Essa pode ser outra dificuldade prática que se vê no interior dos grupos de interesses e movimentos populares. As questões de hierarquia e a própria transposição da lógica organizacional utilizada no mercado podem se mostrar muito presentes dificultando, assim, a possibilidade de equidade nas discussões. Demo reforça essa questão ressaltando que a democracia deve fazer parte da cultura do indivíduo, perpassar todas as instâncias sociais.

A cultura democrática está além da implantação de uma ideologia, por exemplo, de estilo liberal, comprometida com certos pressupostos da igualdade, do Estado de direito, da equalização de oportunidades, etc. Mais que uma ideologia, construída para defesa de uma situação conquistada, trata-se de uma cultura, ou seja, de uma situação construída e institucionalizada como regra de vida, de valor comum, como modo de ser.

Dentro desse ambiente, não se toleram, por compromisso comum consciente e conquistado, níveis considerados excessivos de desigualdades, tais como: discrepâncias excessivas de tetos salariais; níveis mínimos de salários, famílias em pobreza extrema; presença de menores carentes e abandonados; mendicância e criminalidade urbana expressivas; serviços públicos caricatos; condições indignas de moradia; falta de escolas básicas, etc. (DEMO, P. 1993, p. 79)

Outro princípio da democracia que Toro apresenta é o da Incerteza. Segundo ele a democracia é uma constante construção não existindo modelos prévios a serem seguidos (TORO, 2004, p.20). Por estarem sendo reinventados sempre, os pressupostos que regem a democracia acabam mudando e se reconfigurando. A tendência é a de que quem detém o poder acabe por imprimir maior identidade nesses processos. Esse é um dos riscos da democracia se descaracterizar. Está, pois, claro, que os limites do exercício democrático são tênues.

O último princípio colocado por Toro para se estabelecer a democracia é o da Autofundação: “na democracia a ordem social se produz a partir da própria sociedade.



As leis são criadas, direta ou indiretamente, pelos mesmos que as vão cumprir e proteger” (TORO, 2004, p.19). Uma reflexão que se torna necessária aqui é a de quem faz parte dessa “sociedade” na prática? Frei Betto levanta essa questão quando ressalta quem realmente participa hoje do exercício democrático: “Democracia é, a rigor, o governo da parcela organizada da sociedade, não do povo em geral e, muito menos, dos pobres” (BETTO, 2006, p.163).

Assim, o que se pode entender, é que mesmo a democracia tendo necessariamente que nascer no indivíduo, na garantia dos seus direitos e na cidadania individual, é na organização em grupos, em movimentos sociais e populares, que o exercício democrático - que acaba por propiciar a maior participação da sociedade – está se realizando. “Na democracia, o público, o que convém e interessa a todos, se constrói e se fortalece na sociedade civil. A força das instituições públicas tem origem no fato de sintetizarem e representarem os interesses, contraditórios ou não, de todos os setores da sociedade” (TORO, 2004, p. 21).

A organização em grupos de interesse reforça a atuação e a participação ativa dos indivíduos, mas como vimos, as decisões dentro dessas organizações precisam ser tomadas por meio de processos democráticos de escolha também. Pensando em níveis de participação e de exercício democrático, vimos que o indivíduo precisa ter seus direitos efetivados e ser visto como cidadão em todas as instâncias micro, ter sua participação garantida nos grupos de interesse comum e esses grupos devem se posicionar no jogo democrático que se constrói nos embates na esfera civil, que reúne os diversos grupos organizados em torno de interesses comuns(aqui se incluem movimentos sociais e populares e os grupos de interesse mercadológicos) e o Estado.

Analisemos agora como os movimentos sociais e populares e grupos representantes legítimos da sociedade civil, podem determinar sua participação nas decisões coletivas que envolvem o poder estatal.

A participação

Gohn(2003) retrata a caminhada dos movimentos sociais a partir da década de 70 e as transformações ocorridas desde então com a institucionalização de alguns grupos. Os movimentos que se organizaram para combater um Estado autoritário viram espaços se abrindo para a participação nas decisões que envolviam a esfera macro(sociedade civil e Estado). Alguns optaram pela institucionalização e direcionaram suas ações numa linha de parceria com o Estado, outros se colocaram nas



mesas de negociação optando por cumprir o papel de pressão para a implantação de políticas públicas e aprovação de leis. Importa colocar em qual conceito para a autora, se concebem os Movimentos Sociais.

Nós os vemos como ações sociais coletivas de caráter sóciopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios a ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações, etc) até as pressões indiretas(GOHN, 2003, p.13).

Para ela, os movimentos sociais sempre existiram na história por representar as forças sociais que se aglutinam em torno de determinadas lutas. Prevê também a existência de movimentos sociais conservadores, muitos xenófobos e fundamentalistas que não querem as mudanças sociais emancipatórias e que não são abertos a participação de qualquer cidadão(GOHN, 2003). É importante ressaltar que quando falaremos de movimentos e grupos sociais estaremos nos referindo aos progressistas que estão preocupados em propor mudanças sociais a partir da negociação e discussão.

Nessa pesquisa, Gohn levanta o cenário dos movimentos sociais na atualidade e esclarece que nos anos 90 muitos buscaram pela institucionalização em ONGs ou outras organizações. Gohn (2003, p. 283) organizou, assim, em torno de 10 eixos temáticos as demandas dos movimentos sociais no Brasil: habitação, participação político-administrativa, recuperação de estruturas e serviços coletivos, contra o desemprego, solidariedade as minorias da saúde, mobilizações da área rural, movimentos étnicos-raciais, os que envolvem questões de gênero, Movimento dos Sem Terra e suas redes urbanas e anti-globalização ou contra as políticas neo-liberais. Há ainda classificações realizadas por Scherrer-Warren e outros estudiosos. O que importa dizer a partir desse cenário é que a almejada organização em torno de objetivos comuns que podem propiciar a maior participação democrática de todas as esferas sociais está se realizando e, de alguma forma, encampando as suas demandas no balcão de negociação coletivo.

Participação é exercício democrático. Através dela aprendemos a eleger, a deselegar, a estabelecer rodízio no poder, a exigir prestação de contas, a desburocratizar, a forçar os mandantes a servirem a comunidade, e assim por diante. Sobretudo, aprendemos que é tarefa de extrema criatividade formar autênticos representantes da comunidade e mantê-los tais. (DEMO, P., 1993, p.71)

Mas na avaliação de Frei Betto ainda há muito o que se caminhar para que se conquiste a participação democrática ideal a fim de se enfrentar os abusos de poder a que o Estado está acostumado. “É hora da sociedade civil aprender a se mobilizar em rede. Tudo o que o sistema não quer é que saibamos que a união faz a força. Hoje o



MST faz uma atividade e o Movimento das Mulheres ou o dos Negros assiste essa mobilização pela tevê. Noutro dia, o Movimento das Mulheres promove alguma atividade e o MST ou dos Negros assiste. Somos individualistas!”⁹ Para ele, é necessário que providenciemos uma mobilização mais conjunta, que as organizações não se vejam como isoladas dentro das suas demandas específicas.

Já Gohn consegue visualizar em seus estudos as redes que estão se formando a partir das novas tecnologias e dos sistemas globalizados.

Atuando em redes, [os movimentos] articulam ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam para inclusão social. Eles constituem e desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. As redes são estruturas da sociedade globalizada e informatizada. Elas se referem a um tipo de relação social, atuam segundo objetivos estratégicos e produzem articulações com resultados relevantes para os movimentos sociais e para a sociedade civil em geral. (GOHN, 2003, p. 15)

O que se pode analisar é que a globalização propiciou uma maior interligação entre movimentos que possuem, principalmente, as mesmas bandeiras. Mas o que Frei Betto tenta destacar é que é hora dos movimentos olharem para o lado e abraçarem também a causa de outras demandas para unir forças. O desafio pode parecer gigantesco quando entendemos que já é complicado promover processos democráticos dentro das próprias organizações, quem dirá unir forças para encampar outras lutas numa esfera comum em contraponto ao poder vigente, visualizado no estado.

Nesse desafio, entender mais sobre as estratégias de comunicação e utilizá-las a favor dessa união com vistas a uma conquista de participação democrática mais intensa pode ser uma saída interessante.

Estratégias de comunicação para maior participação democrática

Está se tornando comum identificar estratégias de comunicação sendo utilizadas para uma maior participação de componentes de um grupo, em instâncias intergrupais e ainda de grupos de interesse em relação a esfera estatal. Para Peruzzo isso pode ser demorado por estar sendo realizado dentro das esferas onde acontece o conflito de interesses.

Em termos gerais, nos dias atuais, tratando-se do Brasil e da comunicação, uma participação mais avançada, ou seja, com capacidade de partilhar o poder de decisão, terá que ser conquistada. O processo tende a ser conflituoso e demorado.

⁹ Palestra Frei Betto em 31/10/2006, Teatro da PUC-PR



As mediações são muitas, podendo estar entre elas o dirigismo autoritário de lideranças, instituições, interesses individuais e políticos, como também a apatia e o conformismo por parte de grandes contingentes populacionais.(PERUZZO, 1998, p.146)

Os movimentos sociais possuem exemplos interessantes de redes que estimulam a utilização de estratégias de comunicação para alcançar seus objetivos. Essas redes são, muitas vezes, formadas dentro de uma mesma demanda, como a Rede de Comunicadores Solidários à Criança que acabou oferecendo apoio para as atividades da Pastoral da Criança a partir de 1994. Voltada para o voluntariado na comunicação em defesa das questões da criança e do adolescente, a Rede reuniu mais de 500 comunicadores voluntários no Brasil todo.

Numa avaliação geral, Rabelo e Suzina colocam:

Os bons resultados obtidos devem-se, sobretudo, à visão clara de que são os voluntários/reeditores que fazem a comunicação acontecer. Nem sempre, porém, é possível contar com voluntários que sejam profissionais da área da comunicação. Mas, em qualquer situação é preciso o domínio dos instrumentos e conteúdos (e com eles seus sentidos). Assim, em todos os casos fez-se necessária a capacitação, e uma capacitação específica: mais que formar comunicadores capazes de produzir e veicular mensagens, é preciso formar pessoas capazes de gerar processos de comunicação em favor da mobilização (RABELO E SUZINA, 2005, p.74).

Neste caso essa mobilização nasce no processo de comunicação dos voluntários em prol da divulgação de pautas ao maior número possível de colegas comunicadores e veículos de comunicação. Nem todos trabalham necessariamente na produção de notícias, mas primam para que a informação chegue corretamente aos reeditores que fazem a mobilização acontecer. E ressalta-se que essa comunicação precisa estar presente “nos três níveis de comunicação: de massa, macro e micro, com veículos distintos, conteúdos e sentidos específicos” (RABELO E SUZINA, 2005, p.84)

Outro exemplo de reunião de interesses comuns foi o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, criado em 1991 e que chegou a contar com a adesão de 44 Comitês Regionais e Pró-Comitês, além de 32 entidades nacionais (CABRAL, 200, 231).

Há ainda as associações que reúnem as organizações do terceiro setor, como a ABONG e a RITS. São organismos que intentam unir forças para debater e lutar pelas organizações não governamentais e suas bandeiras como um todo frente ao Estado e à sociedade. Mas essas discussões ainda acontecem numa esfera distante das demandas



específicas de cada organização e nem sempre são exemplos de participação democrática dentro dos grupos.

Para realizar a participação efetivamente democrática de maneira interligada com outros movimentos é necessária uma maior articulação entre esses movimentos e um maior exercício democrático para se chegar a um consenso ou a um meio termo para que as conquistas tenham vultos maiores. Cabe comentar sobre as organizações voltadas para as questões relacionadas ao meio ambiente. Têm demandas similares, mas cada uma está focada em realizar os seus projetos. Os esforços para adequá-los a uma agenda maior ainda ficam restritos a eventos anuais e congressos. A participação e a articulação em conjunto por meio de estratégias de comunicação precisa trazer a mobilização, também, em conjunto, e com isso a efetiva participação democrática. Mas importa ressaltar que essa participação precisa ser conquistada também nos meios de comunicação, dentro do processo de produção de informação, intra e intergrupais.

Concretamente, a participação popular na comunicação comunitária pode significar, numa gradação crescente: o simples envolvimento das pessoas, geralmente ocasional, no nível das mensagens, ou seja, dando entrevistas, avisos, depoimentos e sugestões(...); elaborar matérias(notícias, poesias, desenhos); compartilhar a produção global do jornalzinho, do programa de rádio et.; tomar parte na definição da linha política, do conteúdo, do planejamento, da edição do manejo do equipamento; compartilhar o processo de gestão da instituição comunicacional como um todo.(PERUZZO,1998, p. 142)

Para Tiene, que estuda o papel do governo municipal de Campinas em prol da construção de políticas públicas de comunicação, essa participação deve ser promovida pela gestão pública:

Acreditamos ser necessária uma iniciativa que, de um lado, mobilize os movimentos sociais para que conquistem mais e melhores espaços de participação na gestão pública e, de outro, interfira nos poderes constituídos para que eles possam propiciar o envolvimento das pessoas na definição dos rumos da cidade (TIENE, 2005, P. 65).

Os desafios de se efetivar uma participação realmente democrática dentro das organizações civis, na interligação desses movimentos e numa mobilização conjunta em contraponto aos poderes do Estado obrigatoriamente passam pela utilização de estratégias de comunicação acertadas e cabíveis a cada necessidade.

A alternativa para a revitalização do cidadão na sociedade brasileira passa necessariamente pela rearticulação da capacidade de os poderes públicos intervirem na realidade e pela boa interlocução entre Estado e sociedade civil; pela radicalização da democracia participativa em que a comunicação, as informações e



a transparência do executivo são condições primeiras para a cidadania plena. (TIENE, 2005, p.72)

A democracia plena – do cidadão com direitos reconhecidos, da exercida no grupo e da que possibilita a participação nas instâncias públicas necessariamente perpassa o uso da comunicação e a apropriação dos modos de produção da comunicação. Cabral ainda destaca que

A participação pública nos meios de produção sempre foi uma perspectiva insistentemente reivindicada por parte dos vários movimentos, nas mais diferentes instâncias. A associação entre participação e poder sempre foi vista como crucial para o debate da própria concepção de democracia em seu sentido mais classicamente conhecido: um governo do povo, pelo povo, para o povo. (CABRAL, 2002, p.234)

Wendhausen avalia essa questão da utilização da comunicação no espectro das ONGs e suas interrelações com outras organizações como ausente. Para ele não há ainda redes formais de comunicação que liguem as organizações que possuem demandas diferenciadas, configurando um bloco de pressão e mobilização. O Fórum Social Mundial pode ser considerado uma iniciativa para a reunião dessas diversas demandas das organizações não governamentais e movimentos sociais, mas a sua atuação ainda está no âmbito maior das reflexões caminhando para as ações efetivas num futuro próximo.

As redes são, buscando em Scherrer-Warren, de duas tendências: sociais diretas e informatizadas. As primeiras advém de “ações localizadas, a partir de contatos sociais diretos e da construção de espaços de confiabilidade em torno das identidades ideológicas”(WENDHAUSEN, 2003, p.24). As segundas se referem às redes informatizadas típicas de ONGs transnacionalizadas, que constroem redes virtuais por meio da internet.

O desafio é encontrar um meio termo dentre essas configurações de redes existentes que abarque tanto as organizações que possuem as mesmas demandas quanto as que são de focos de trabalho diferentes. Essa articulação pode exigir estratégias de comunicação, além das sugeridas, mais complexas, mas, sobretudo exigirá um exercício de se aproximar do diferente, de trabalhar os conflitos de maneira verdadeiramente democrática dentro dos grupos e entre os grupos, para, só assim, se conquistar a participação efetivamente democrática com a esfera pública.

Considerações finais



Alcançar a democracia efetiva, onde o cidadão tenha seus direitos preservados tanto na individualidade e nas micro-instâncias como nos agrupamentos específicos e nas decisões coletivas de macro dimensões ainda é um desafio do nosso século. Mas, mais que um desafio social, esse é um desafio da própria comunicação popular e, claro, de todos que dominam as estratégias para se produzir e implementar processos comunicativos. Porque, como vimos, por meio de estratégias comunicacionais podemos nos aproximar do ideal de participação democrática nas diversas dimensões. Entre algumas das saídas estão:

- a utilização de processos comunicativos ou criação de campanhas de conscientização sobre o exercício democrático para grupos populares;
- a produção de material de capacitação que englobe metodologias de busca do consenso e do respeito a diversidade;
- a articulação por meio das tecnologias à disposição (Internet) de mobilizações concomitantes e mesmo de discussões temáticas buscando a união dos propósitos;
- A pressão organizada à esfera pública a fim de se implementar políticas públicas de comunicação que facilitem a participação – não só o acesso – às decisões coletivas.

E a iniciativa para essas implementações não deve ser esperada somente das esferas públicas. Por mais que se deva continuar a pressionar os organismos públicos a fim de que se criem políticas públicas de comunicação mais participativas e que atendam às demandas dos mais diversos grupos, é responsabilidade dos comunicadores engajados nos movimentos sociais atuais a promoção de formas democráticas de participação. E isso abrange as organizações internas desses movimentos para que criem e produzam metodologias verdadeiramente democráticas nas tomadas de decisão entre seus integrantes; estende-se às interlocuções com outros movimentos, enxergando-os como parceiros de luta e de caminhada a fim de se potencializar as ações comuns e na instância macro, na qual todas as instituições sociais precisam se posicionar de maneira igualitária a fim de se configurar um processo realmente democrático de tomadas de decisões que atinjam a coletividade. A partir desses pressupostos a ‘paz’ já almejada por Bobbio estará bem mais presente em nossa atualidade.



Referências bibliográficas

- BETTO, Frei. **A mosca azul. Reflexão sobre o poder.** Rio de Janeiro : Rocco, 2006.
- BOBBIO, N. **A era dos direitos.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro : Elsevier, 2004.
- BOBBIO, N. **O futuro da democracia.** Uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro : Paz e terra, 1986.
- CABRAL, A. Informática e comunicação para uma sociedade democrática. Uma abordagem sobre organizações, propostas e ideologias no cenário brasileiro. In: PERUZZO, C. K.; COGO, D. e KAPLUN, G. (orgs) **Comunicação e movimentos populares: quais redes?** São Leopoldo-RS : Editora Unisinos, 2002.
- DEMO, P. **Participação é conquista.** São Paulo : Cortez, 1993.
- GOHN, M. G.(org.) **Movimentos sociais no início do século XXI.** Antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ : Editora Vozes, 2003.
- PERUZZO, Cícília Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania.** 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1998.
- RABELO, D. C.; SUZINA, A. C. A comunicação e os comunicadores na Pastoral da Criança. In HENRIQUES, M. S.; WERNECK, N. M. D. (orgs.) **Visões de futuro: responsabilidade compartilhada e mobilização social.** Belo Horizonte : Autêntica, 2005.p.73 a 98
- TIENE, I. Comunicação, cidadania e controle social na gestão pública. In: BEZZON, Lara Crivelaro. **Comunicação Política e Sociedade.** Campinas, Alínea. 2005. p. 65 a 73
- TORO, P.; WERNECK, N. M. D.; **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação.** Belo Horizonte : Autêntica, 2004.
- WENDHAUSEN, H. **Comunicação e mediação das ONGs.** Uma leitura a partir do canal comunitário de Porto Alegre. Porto Alegre : Edipucrs, 2003.